

EDITORIAL

Completando seu vigésimo oitavo ano de atividades, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina sente-se honrada em apresentar a edição número 27 da Revista da ESMESC, com textos resultantes da produção de seus magistrados, professores, alunos e colaboradores.

A Escola conclui 2014 reafirmando-se como curso de referência na preparação para o concurso da magistratura, com mais de 500 (quinhentos) alunos distribuídos entre as quatro turmas da sede (Módulos I e II) e nas extensões em andamento nas cidades de Itajaí, Blumenau, Joinville e Chapecó; com 200 (duzentas) vagas oferecidas no já consagrado programa de Residência Judicial, em convênio com a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, divididas entre Residência I e Residência II, em que o aluno realiza estágio em gabinete, com orientação de magistrado, e recebe uma bolsa de estudos. Esse programa, pioneiro no Brasil, colhe muitos bons frutos, com vários ex-alunos já atuando na magistratura de Santa Catarina e de outros Estados. O modelo vem sendo adotado por outras unidades da federação diante dos resultados positivos alcançados, não apenas para o candidato, mas para a administração pública e, em última análise, para a própria sociedade, que recebe juízes muito mais qualificados e verdadeiramente vocacionados.

O presente volume, mais uma vez marcado pela interdisciplinaridade, inicia-se com o trabalho do coordenador da extensão da Esmesc em Blumenau, Juiz Orlando Luiz Zanon Junior, que discorre sobre um dos mais importantes e complexos temas da ciência jurídica, as relações entre Moral, Ética e Direito. Atuando na comarca de Indaial, o magistrado defendeu tese de

doutorado pela UNIVALI e pela UNIPIG (Itália), que recebeu menção honrosa pela CAPES como melhor tese de doutoramento defendida em 2013, intitulado Teoria Complexa do Direito.

Em seguida, o magistrado Carlos Roberto da Silva e o professor Natan Ben-Hur Braga, ambos cursando doutoramento em Ciência Jurídica pela UNIVALI, debatem os reflexos da globalização no constitucionalismo e na democracia participativa. Ainda tratando do espaço democrático, Mariana Tagliari Vendruscolo, advogada e ex-aluna da ESMESC, em artigo escrito com orientação deste diretor, traz a inaplicabilidade do chamado “direito ao esquecimento” à propaganda eleitoral obrigatória no rádio e na televisão.

Na área do Direito de Família, dois artigos fazem contraponto em torno da Síndrome de Alienação Parental. De um lado, o magistrado Romano José Enzweiler, doutorando pela Universidade do Porto e ex-diretor da ESMESC, e a advogada e especialista Cláudia Galiberne Ferreira; e de outro, a juíza Hildemar Meneguzzi de Carvalho, mestranda em Direito e graduada em Psicologia, com a residente judicial da ESMESC Fernanda Carolina de França Barbosa Camara, discutem as inovações trazidas pela Lei 12.318/2010 para um tema de tal forma polêmico que divide os profissionais que atuam na área.

No campo dos Juizados Especiais, o magistrado e professor da ESMESC Luiz Felipe Siegert Schuch, mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI, discute a atuação dos juizes leigos nos Juizados Especiais Criminais. Na sequência, o juiz Davidson Jahn Melo, também mestre em Ciências Jurídicas, e Bruno Bartelle Basso, especialista e chefe de cartório, ambos com atuação no Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca da Capital, trazem peculiaridades acerca dos juizados fazendários e demonstram como o acesso à Justiça foi expandido com o advento da Lei 10.153/2009.

Dentre a produção dos professores da ESMESC, José Sérgio da Silva Cristóvam, doutor em Direito pela UFSC, relata as transformações no Direito Administrativo rumo à democratização da atividade estatal; e Luiz Gustavo Lovato, advogado e mestre pela PUCRS, discorre sobre as modificações previstas no novo Código de Processo Civil para o instituto da desconsideração da personalidade jurídica de direito privado. O professor Régis Schneider Ardenghi, mestre pela UNIVALI, e a ex-aluna da ESMESC e mestranda pela UFSC Mariah Rausch Pereira falam sobre o dirigismo contratual aplicado em nome da função social do contrato, da boa-fé e da teoria da imprevisão aos contratos bancários.

Numa contribuição na área da Propriedade Intelectual, a professora Fabiola Wüst Zibetti, Doutora em Direito Internacional pela USP, e Pós-Doutora pela UFSC, e o mestrando João Alfredo Ziegler Filho debatem os direitos relacionados ao programa de computador desenvolvido por servidor público do estado de Santa Catarina. O procurador federal Juliano Scherner Rossi, mestrando pela UFSC, discute a aplicação dos tratados internacionais no âmbito interno e sua posição hierárquica na ordem jurídica nacional.

Aluna da ESMESC e mestranda pela UFSC, Jéssica Gonçalves aplica a análise econômica do Direito aos princípios ambientais do poluidor pagador e do usuário pagador. Já Eduardo Peruffo e Silva, também aluno da ESMESC e residente judicial, defende a necessidade de reforçar o estudo dos meios alternativos para solução de conflitos nos cursos de Direito.

A advogada Emanoele Cristina da Silva Carraro lembra a necessidade de adequação física dos estabelecimentos prisionais aos portadores de deficiência física e necessidades especiais, em nome do princípio da dignidade da pessoa humana.

Salienta-se que o material constante deste periódico publicado desde 1995 já produziu 439 artigos e desde o ano

2010 aderiu a versão eletrônica, do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), vinculado ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Boa leitura!

Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva
Diretor Geral da ESMESC